

O ministro está com pressa

Ele quer rapidez no programa de privatização. Para viabilizar seu plano macroeconômico.

81



Júlio Fernandes

O ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, criticou ontem o "excesso de intervencionismo do Estado na economia", dizendo que quer a aceleração do processo de privatização das usinas de aço não-planos do sistema Siderbrás, que avança com lentidão. Destacou que a medida, num setor competitivo como o siderúrgico, devia ter prioridade, reiterando que a privatização de empresas é o caminho viável para se reduzir o déficit público e viabilizar seu Plano Macroeconômico (a ser divulgado "dentro de 10 dias"), que não resolverá os problemas "de um dia para o outro".

Bresser Pereira falou no encerramento do 15º Congresso Brasileiro de Siderurgia, em Brasília. Simultaneamente, o governo lançava a idéia de "privatizar a privatização", atraindo os bancos de investimento e os bancos de negócios para participar, com o governo, do programa de desestatização. Uns e outros atuam como promotores da venda de estatais ao setor privado, participando ou não do pacote de financiamento. Os próprios bancos de investimento, se o desejarem, poderão adquirir diretamente as empresas à venda, pois não há impedimento legal para tanto.

O secretário-executivo do Conselho Interministerial de Privatização (CIP), David Moreira, pretende entregar ao setor privado, no caso os intermediários financeiros, a tarefa de promover a transferência do controle acionário das empresas do governo para o setor privado. A ação do governo ficaria limitada à definição das empresas estatais ou estatizadas que estão em condições de ser privatizadas e a uma coordenação das atividades dos intermediários financeiros, com o propósito de verificar se as normas que presidem à privatização estão sendo seguidas.

A idéia de envolver os intermediários financeiros, especialmente bancos de investimento e bancos de negócios, na atividade de privatização das empresas sob controle do Estado, é ainda embrionária. Segundo David Moreira, algumas questões terão de ser resolvidas, inclusive uma referente ao interesse desses intermediários financeiros.

Naturalmente eles seriam atraídos para as propostas de privatização de empresas de grande porte, como a Acesita e a Carajás Metais, duas que fazem parte da lista de 67 empresas cujos processos de transferência para o setor privado estão em andamento, em diferentes fases de tramitação. Há

dúvidas, no entanto, sobre o interesse desses bancos em transações que envolvem pequenas e médias empresas.

Reduzir o déficit

Acelerar as privatizações não é a única fórmula do ministro Bresser Pereira para reduzir o déficit público. Ele destacou ontem a importância da elevação de tarifas e preços públicos, dizendo acreditar que existe boa margem para se adotar tarifas reais e se elevar a carga tributária, embora para esta o espaço seja mais reduzido.

Ao comentar o Segundo Plano Siderúrgico Nacional, elaborado pelo Ministério da Indústria e do Comércio, com estimativa de recursos da ordem de US\$ 22,5 bilhões, o ministro da Fazenda questionou sua implementação ao dizer que "ele só valerá a pena se tivermos vantagens comparativas". E destacou que "não basta apenas garantir preço, é necessário que haja competitividade e analisar o quanto o governo vai conseguir apoiar o setor, garantir preços adequados e apoiar as estatais".

Não ao caos

Segundo Bresser Pereira, a economia brasileira está saindo de uma grave crise: "No primeiro semestre estávamos caminhando pa-

ra o caos, com a crise desencadeando-se de maneira muito rápida". Para ele, o excesso de intervenção do Estado na economia gerou muita distorção, disfunção e a consequência foi o retorno dos altos índices de inflação, o agravamento da crise das pequenas, médias e microempresas e o desequilíbrio do setor público.

Na sua opinião, "o Brasil tem todas as condições para superar a crise, motivo pelo qual foi necessário o novo congelamento". Ele destacou que a medida está "sendo bem-sucedida e recebendo o apoio comedido, mas correto, de empresários e consumidores". Como consequência, previu que a inflação de 24% de junho deverá baixar este mês para 2% a 3%, enquanto a economia se expande sem violência.

Ao falar do Plano Macroeconômico, o ministro disse que ele dará o balizamento fiscal e monetário e servirá para determinar as necessidades de financiamento dos juros e permitir a renegociação da dívida externa. E frisou que "nossa política se baseia no aumento das exportações, pois precisamos de superávits elevados para pagar parte dos juros e garantir nossa soberania", prevendo que serão necessários superávits de US\$ 9 a US\$ 10 bilhões nos próximos anos e taxas de crescimento de 6% a 7%.